

Pol Mil



CARLOS NAMBA

Maximiano, Pires e Délio: uma reação conjunta que provocou o primeiro solavanco na estrada de terra de 1981

Brasil

REPORTAGEM DE CAPA

201640

Com o pé no freio

Os ministros militares reagem às denúncias feitas por ex-terroristas e o governo Figueiredo passa por seu momento de maior tensão

Um sinal vermelho acionado a seis mãos entre quarta e quinta-feira paralisou a atividade política do país e, ao que tudo indica, mudará o fluxo de trânsito da idéia da abertura nos próximos meses. Diante do resgate de casos em que autoridades policiais e militares são acusadas de atividades ilegais durante os anos de repressão ao terror, os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, numa série de notas agressivas e claras, repudiaram o que consideram uma maré "revanchista". Deram mais uma vez sua solidariedade a todos aqueles que lutaram contra o terror, proclama-

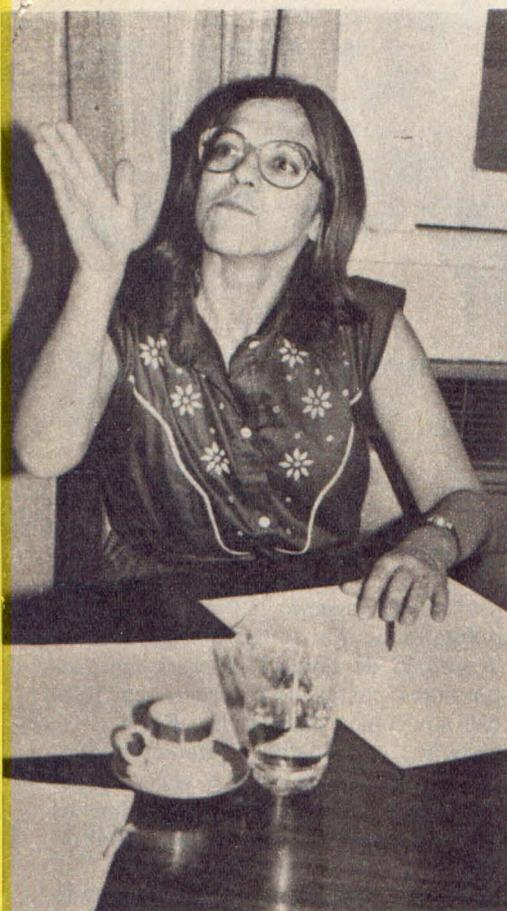
ram sua fé na abertura e, na maior demonstração de vigor dos últimos anos, reinstalaram no país a idéia de que a normalização política não passará por cima dos valores militares assim como não vingará num curso antipático aos quartéis.

"O Exército repele energicamente as malévolas insinuações (...) que procuram agora lançar à execração pública aqueles que se bateram, em verdadeiras operações de guerra, pela preservação da paz e da tranqüilidade da família brasileira", ressaltou, em sua nota, o general Walter Pires. "Foram ações legítimas contra elementos subversivos",

avalizou o almirante Maximiano Fonseca. "Se terroristas anistiados podem hoje, com a tranqüilidade de homens livres, reescrever a história dos vencidos, é porque aos vencedores mais importava o reencontro histórico que hoje vivemos que a vingança estéril e sem futuro", lembrou o brigadeiro Délio Jardim de Mattos. "Fomos violentos, injustiças existiram e erros não negamos", ressalva a nota da Aeronáutica. "Mas a quem pode interessar o julgamento de uma fase ultrapassada?"

PROMESSA COBRADA — Essa indaga-

VEJA, 18 DE FEVEREIRO, 1981



Inês: o estopim da crise de fevereiro

CÉSAR LOUREIRO

ção do brigadeiro Délio Jardim de Matos, um dos pioneiros propagandistas da anistia política concedida em agosto de 1979, já ecoara nervosamente, nos dias anteriores, em muitos setores militares. Eles estavam especialmente sensíveis ao barulho suscitado pela descoberta, em Petrópolis, da casa onde foi presa e torturada, em 1971, a militante da organização terrorista Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Inês Etienne Romeu. Ao tenso diálogo entre Inês e o alemão Mário Lodders, proprietário da casa e agora alvo de uma ação judicial patrocinada por sua involuntária inquilina, somou-se horas mais tarde a denúncia de que o psicanalista carioca Amílcar Lobo assessorou torturadores com o codinome de "doutor Carneiro".

É provável, contudo, que a senha para a reação militar tenha sido sobretudo a denúncia — endossada pela seção carioca do Comitê Brasileiro pela Anistia — de que o coronel Nilton Albuquerque Cerqueira, chefe da caçada ao líder terrorista Carlos Lamarca nos sertões da Bahia e atual comandante da Polícia

Militar do Rio de Janeiro, teria torturado em 1971 o então preso político César Queiroz Benjamin. Diante da deservoltura dos derrotados na guerra informal que turvou os anos 70, alguns chefes militares lembraram discretamente ao general Walter Pires a promessa que fez em seu discurso de posse no Ministério do Exército. "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a nação não fosse levada à anarquia."

No começo da semana, os três ministros militares entenderam, ao cabo de uma reservada reunião promovida em Brasília, que chegara o momento do basta. Concluíram, também, que o contra-ataque deveria ser perfeitamente concatenado — ao contrário do que ocorreria um ano antes, quando um discurso do deputado João Cunha, considerado ofensivo às Forças Armadas, provocou reações isoladas das três Armas. Acertou-se que cada Ministério emitiria uma nota "para aumentar o efeito multiplicador da resposta", segundo argumentou um dos presentes à reunião. Acertadas as linhas básicas das notas — "repúdio à campanha revanchista e apoio à política de abertura do presiden-

Os filhos do sistema de segurança

A comunidade de segurança e informações é provavelmente a mais bem situada no país. Na habitual reunião das 9 horas, no Palácio do Planalto, só um dos participantes nunca trabalhou nela, o ministro Delfim Netto. O presidente Figueiredo chefiou o SNI. O general Golbery o criou. Sua escola já foi dirigida pelos generais Octávio de Medeiros, atual chefe do Serviço, e Danilo Venturini, atual chefe do Gabinete Militar. Abaixo, estão outros comandantes de importantes postos militares que já prestaram serviços na área de informações e segurança.



General Walter Pires de Carvalho, atual ministro do Exército, foi diretor geral da Polícia Federal no governo Costa e Silva



General Ernani Ayrosa, chefe do Estado-Maior do Exército, articulou a Operação Bandeirantes em São Paulo, em 1968, que deu origem aos Doi-Codi.



General Sebastião Ramos de Castro, comandante da 3.ª Divisão do Exército no RS, serviu na agência carioca do SNI em 1964.



General Florimar Campello, atualmente no comando do IV Exército, foi diretor geral da Polícia Federal.



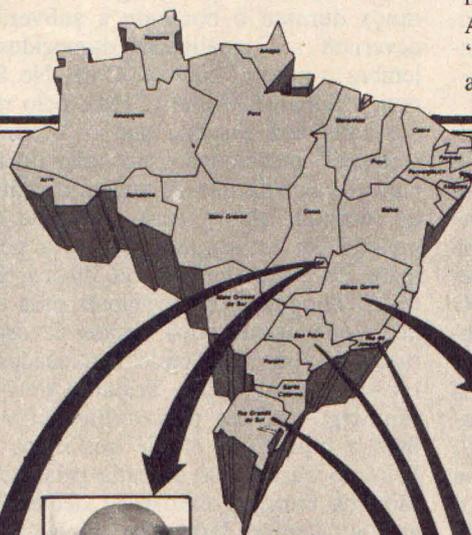
General José Luís Coelho Neto, comandante da IV Divisão do Exército, em Belo Horizonte, foi um dos responsáveis pelo aniquilamento das guerrilhas no Araguaia.

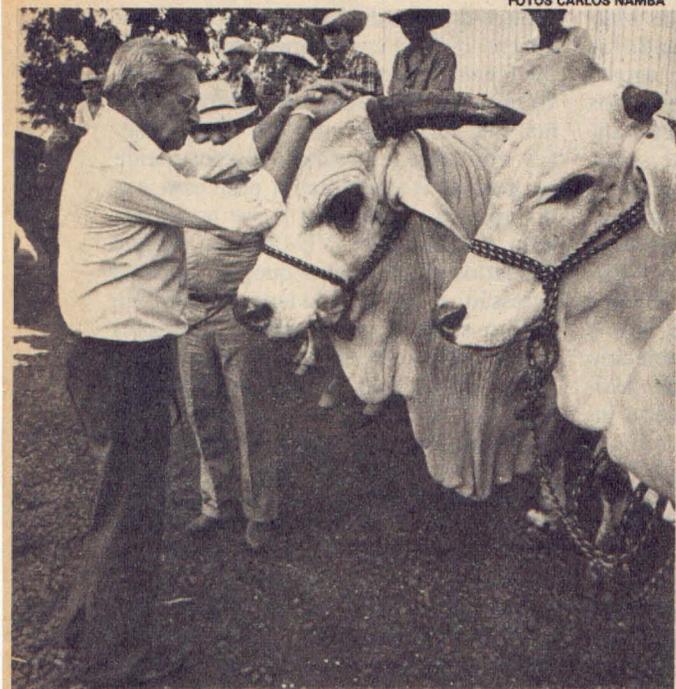


General Waldir Alves da Costa Muniz, recém-nomeado secretário da Segurança Pública do Rio, chefiou a agência carioca do SNI em 1979.



General Milton Tavares de Souza, comandante do II Exército, chefiou o Centro de Informações do Exército no governo Médici.





Figueiredo em Campo Grande: compromisso reiterado

Medeiros: não é hora para retaliações

te da República" —, os três ministros foram ao Palácio do Planalto em busca do sinal verde para o recado ao país. "Eles encontraram no presidente Figueiredo um aliado", informa um parlamentar que teve acesso ao teor da conversa.

HIPÓTESE IMPENSÁVEL — "Foram os momentos mais difíceis de todo o governo Figueiredo", disse na quinta-feira o senador e coronel da reserva Jarbas Passarinho. "E foram as 48 horas mais tensas que vivi, desde que aceitei a liderança do governo no Senado." O sismógrafo que marca as explosões subterrâneas do governo Figueiredo indica que a acomodação de camadas operada neste verão foi sensivelmente mais ampla que a detectada em março de 1980, quando a oposição parlamentar tentou arrastar para uma CPI do Congresso o general Armando Barcellos, chefe da Assessoria de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia.

"Eles levam agora um coronel, depois vão querer um general e acabam chamando até o Octávio Medeiros", desabafou na época o general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, chefe da agência central do SNI. Trata-se, na verdade, de uma hipótese impensável para a comunidade de segurança. Afinal, estão no governo diversos homens que vieram dela, a começar do presidente João Figueiredo, chefe do SNI durante o governo Ernesto Geisel. Da mesma forma, o mapa do poder militar brasileiro assinala a presença, em estra-

tégicos postos de comando, de oficiais que, em graus variados e diferentes funções, participaram ativamente da repressão a movimentos extremistas (veja a página 15).

"A lei da anistia, ao falar em crimes conexos, deixou bem claro que os excessos cometidos pelos órgãos de segurança durante o combate à subversão deveriam ser igualmente esquecidos", lembra o general Newton Cruz. No Superior Tribunal Militar (STM), pelo menos uma voz sustenta que os "crimes conexos" mencionados no texto do decreto de anistia não abrangem a prática de torturas. Mas é certo que essa expressão foi incorporada ao texto pelas mãos do então ministro da Justiça, Petrônio Portella, exclusivamente para impedir que agentes dos órgãos de segurança fossem mais tarde convocados a rélicas caboclas do Tribunal de Nuremberg. "Agora posso entender melhor o brilho que surgia nos olhos de Petrônio quando ele se batia pela inclusão dos crimes conexos no decreto da anistia", lembra Jarbas Passarinho.

MUDANÇA DE RUMOS — Testemunhas da movimentação da semana passada, os olhos do sucessor de Portella, Ibrahim Abi-Ackel, traíam preocupação na quinta-feira. A um interlocutor de confiança, o atual ministro da Justiça demonstrou que as notas de seus três companheiros de Ministério não configuram apenas um espasmo mas a indicação de uma possível mudança do curso político do governo. "A situação está fechada", acha Abi-Ackel. "Não há mais campo para a baderna no Brasil. Não há divisões nas Forças Armadas e as notas dos ministros militares são con-

clusivas a respeito." Na conversa de quinta-feira, Abi-Ackel discorreu sobre a posição de diversos generais em importantes postos de comando em relação aos rumos da abertura. Finda a exposição, o ministro argumentou que, sem mudanças de rota, o poder acabaria sendo entregue a políticos que as Forças Armadas consideram intoleráveis.

As relações do governo Figueiredo com os militares, por sinal, são bastante peculiares. O presidente da República é amigo íntimo de seu ministro do Exército, algo inédito na História do Brasil (veja o quadro na página 18). Desde que assumiu o cargo, Figueiredo tem demonstrado que não pretende alimentar divisões militares. Nomeou para o Conselho Nacional de Desportos o general César Montagna de Souza, a quem preterira na promoção à quarta estrela. Acaba de nomear para uma diretoria do Banco do Brasil o filho do general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar do governo Costa e Silva e o mais ardente e público articulador da candidatura fracassada do general Sylvio Frota à Presidência da República.

Outro exemplo desses cuidados dispensados à unidade dos quartéis é o tratamento cavalheiresco dado por Figueiredo ao general Bento Bandeira de Melo, chefe de gabinete do ministro Sylvio Frota. Fora do Exército, mas fiel à mesma diretriz, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos recebeu no Ministério da Aeronáutica, para uma conversa, o brigadeiro João Paulo Penido Burnier, seu arquiinimigo no início dos anos 70. Acusado de ter organizado uma equipe do Para-Sar para a prática de atentados contra políticos em 1968,

Burnier saiu da conversa com garantias de que o caso não seria reinvestigado.

PANFLETOS CLANDESTINOS — No trato com os militares, Figueiredo é menos formal que os ex-presidentes Castello Branco e Ernesto Geisel. Nesse campo, seu governo revela um parentesco mais acentuado com o estilo de Costa e Silva e Emílio Medici, embora estes dois ex-presidentes estivessem muito mais expostos à ação de dissidências militares. Como eles, Figueiredo é acima de tudo um homem da tropa. Hoje, naturalmente, existem oficiais que discordam dos rumos políticos do país (*veja o quadro abaixo*). Alguns culpam a abertura por todos os presentes pecados brasileiros e, em panfletos distribuídos clandestinamente, acusam de “comunista” o general Golbery do Couto e Silva. Mas não parece haver esforço nem condições para novas aventuras nas casernas.

Mesmo setores mais crispados, como a “comunidade de segurança”, têm recebido do Planalto, com alguma frequência, sinais de que não há o que temer. Durante o governo Figueiredo, é verdade, certas siglas da “comunidade” sofreram reduções no quadro fun-



Newton Cruz: o decreto da anistia vale para todos

cional. E o brigadeiro Délio Jardim de Mattos decidiu que o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica — o temido CISA dos anos 70 — passaria a chamar-se simplesmente Centro de Informações da Aeronáutica. Em contrapartida, o governo decidiu que as chefias dos escritórios regionais do SNI em São Paulo e no Rio de Janeiro, cargos até então privativos de coronéis, seriam reservadas a generais. E foi cria-

do o posto de vice-chefe da agência central do SNI, no qual se encontra atualmente o general-de-brigada Luiz Pires Ururahy Neto.

Se não há fissuras notáveis nos quartéis, também é evidente que a reação militar da semana passada é o primeiro grande solavanco político que a estrada de terra de 1981 reserva à abertura. Existem sólidas forças — que ainda não conseguiram exprimir-se por meio

O que irrita os militares no quadro político

É ilusão acreditar que os militares são hoje um corpo de sustentação política da abertura. Pela disciplina, acatam as ordens do presidente Figueiredo mas, em graus variáveis, condenam aspectos da situação do país que, em última análise, são condenados também pelo presidente. Quando o general Figueiredo acusa a oposição de recusar sua mão estendida e de não apresentar soluções para os problemas que denuncia, ele reflete o pensamento militar no qual se formou.

Socialmente hospedados na classe média, os militares brasileiros, há décadas, sofrem a inflação e, agora, o esmagamento social imposto aos que vivem, como eles, na faixa dos 50 000 aos 150 000 cruzeiros. Além disso, é facilmente perceptível nos quartéis o assombro quase geral da oficialidade diante de alguns aspectos da situação política. Eis os prin-

cipais tópicos, nos dias de hoje, da insatisfação militar:

1 ATUAÇÃO DAS ESQUERDAS
“O comunismo, cada vez mais, infiltra-se em entidades civis e órgãos oficiais, e até as organizações militares estão sob permanente ameaça.” (General José Luiz Coelho Neto, comandante da 4.ª Divisão de Exército em Belo Horizonte, em janeiro de 1980.)

A comunidade de informações abastece periodicamente os comandos militares com relatórios sobre as atividades de organizações esquerdistas. Nos grandes comandos, há jovens oficiais que, com suas informações, prevêm conflitos políticos articulados por organizações clandestinas, pedem mais repressão e, como não a conseguem, ficam insatisfeitos. Só o ministro da Educação recebe, em média, 30 centímetros de telex por dia com um resumo das atividades políticas clandestinas no sistema educacional.

2 A IMPRENSA
“Os órgãos de comunicação vivem vendendo pessimismo, pois só publicam as más notícias, minimi-

zando ou deturpando as boas. A imprensa está infiltrada.” (General Milton Tavares de Souza, comandante do II Exército, em junho de 1980.)

É ponto pacífico para a cúpula militar do governo que a imprensa está infiltrada por esquerdistas que escapam ao controle dos proprietários das empresas. Dividindo a imprensa em dois tipos, a chamada “grande” e a “alternativa”, os militares queixam-se do que seria a parcialidade da grande e a “irresponsabilidade” da alternativa. A ineficácia da lei de imprensa, como a de qualquer outra lei, é, para os militares, uma aberração.

3 CORRUPÇÃO
“Precisamos abolir o faraônico, o ornamental e o suntuoso, e combater eficientemente a corrupção.” (General Antônio Carlos de Andrada Serpa, em 15 de dezembro de 1980.)

Em qualquer tempo, exceto aqueles em que é proibido denunciá-la, é grande o número de oficiais que condenam a corrupção na administração pública e, sobretudo, a freqüente impunidade do corruptor.

dos militares — interessadas em torpedear a restauração das eleições diretas previstas para 1982. Entre elas identificam-se, sem dificuldades, nada menos que os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os quatro maiores Estados do país. Três deles por anteverem derrotas que num pleito indireto seriam impensáveis. O quarto — Chagas Freitas, do Rio de Janeiro — porque lhe parece bem mais conveniente escolher um sucessor e formar uma grande bancada pela via indireta que arriscar-se a reduzir suas forças com uma prova aos ventos do voto universal.

ROTEIRO PERIGOSO — Para tais governadores, bem como para empresários e técnicos do governo, entre os quais em certos momentos esteve o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, trabalhar contra as eleições diretas em 1980 era cedo e, em 1982, será tarde. Portanto, todas as fichas deverão ser postas em cima — ou abaixo — da mesa nos próximos meses. Não há relação direta entre a idéia de suprimir as eleições e a reação dos três ministros militares que se refere a assunto de todo diverso. Ainda assim, a



CÉSAR LOUREIRO

Seabra Fagundes: recuo providencial

contenção da esquerda, a tese do controle da abertura e a suposição de que para cada gesto democratizante há outro, de sentido contrário e anarquizante, podem levar os adversários das eleições a se aproximarem da cúpula militar. Pelo menos é o que esperam e buscam.

Segundo o senador Jarbas Passarinho, o mesmo roteiro percorrido pelas pressões que conduziram aos pronunciamentos dos ministros militares pode ser agora perseguido por novos esforços, desta feita endereçados à supressão das eleições diretas. “Unidos os militares contra o revanchismo e certas conseqüências da anistia, as eleições de 1982 podem ser prejudicadas”, acredita Passarinho. O roteiro a que alude o senador não é fácil nem reto. Tem, por exemplo, de driblar a evidência de que o fim da eleição direta é o fim da abertura. E contornar o compromisso pessoal, explícito e jamais negociado do presidente João Figueiredo.

Na quinta-feira, num emocionado discurso em Dourados, Figueiredo reiterou esse compromisso. “Chamei a todos — pares e ímpares, da direita, do centro e até da esquerda — para comigo virem conversar sobre os problemas da pátria e apresentarem sugestões, para que os senhores pudessem ter um amanhã um pouco feliz”, lembrou o presidente. Ele fez um novo apelo à concórdia: “O povo já está can-

Pires, o duro amigo do presidente

Não há na História da República um só caso de amizade tão estreita entre um presidente e seu ministro do Exército como a ligação pessoal que existe entre os generais João Figueiredo e Walter Pires. Há poucas semanas, depois de reassumir o cargo, o general, ao entrar no gabinete do presidente, mostrou pelo menos um aspecto dessa intimidade: saudou-o com um simples “Oi, João”. Quanto ao presidente, diversas pessoas já o ouviram responder a descrições cataclísmicas da situação política com quatro palavras: “Eu chamo o Pires”.

Com 65 anos e uma severa carreira militar cumprida, o general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque é, junto ao presidente, tão influente quanto singular. Ao contrário de ex-ministros como Costa e Silva e Sylvio Frota, não é nem será — até por motivos de saúde — candidato

à Presidência da República. Além disso, corta com rispidez tentativas feitas por parlamentares interessados em atraí-lo a questões políticas. Cultiva um pequeno grupo de amigos, entre os quais está o jornalista carioca Paulo Vidal Leite Ribeiro — íntimo também de Figueiredo —, a quem às vezes acorda no meio da noite, no Rio de Janeiro, para se queixar da vida em Brasília.

O general Pires não dá entrevistas nem cultiva folclore pessoal, com exceção de dois hábitos: recitar Camões e conhecer a história da família Garcia d’Ávila, da qual é descendente. Ao lado disso, pontilhou sua carreira militar com momentos de raro vigor disciplinar. No dia 12 de outubro de 1977, quando

o presidente Ernesto Geisel demitiu o general Sylvio Frota do Ministério do Exército, ele comandava a estratégica guarnição da Vila Militar no Rio de Janeiro. Depois de reunir todos os comandantes sob suas ordens, informou que não estava interessado em ouvir opiniões de ninguém — e muito menos em ouvir falar de oficiais inquietos. Avisava

apenas que o presidente, no uso de suas prerrogativas, demitira o ministro e, diante disso, na Vila, não havia o que discutir. Ele sabia que havia quem pretendesse abrir uma discussão, mas ela não ocorreu. Segundo o ministro, “se cara feia é ser duro, eu sou”. Na realidade, cara não faz dureza, mas o general Walter Pires é duro.



CARLOS NAMBA

Walter Pires: “Oi, João”

sado de questiúnculas políticas, de rivalidades que nada trazem para o futuro do país". A poucos metros de Figueiredo, o general Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI, acenava com a cabeça em sinais de assentimento: "Nada vai demover o presidente de sua obstinação em fazer do Brasil uma democracia", disse Medeiros. "Mas é muito estranho e pouco patriótico o surgimento de retaliações numa hora difícil como essa que vivemos."

TELEGRAMA DO MINISTRO

— As desconfianças militares não se dirigem apenas a ex-terroristas. Na sexta-feira, em Goiânia, o ministro Walter Pires deu seu derradeiro aviso da agitada semana: "No Brasil, o radicalismo está com as oposições", argumentou o general. "E o chefe das oposições é o maior radical da nação." Pires não mencionou nomes mas deixou claro que falava do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB. Os ministros militares se queixam, também, de que a imprensa serve de caixa de ressonância para campanhas destinadas a desestabilizar o regime.

A reação militar, porém, demonstrou que a imprensa só ressoa o que soa. O *Correio Braziliense*, de Brasília, com um editorial publicado na terça-feira, antecipou-se às notas dos ministros na condenação da "campanha revanchista" e recebeu um telegrama de agradecimentos do general Walter Pires. Na quinta-feira, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* lembraram, em extensos editoriais, um fato indesmentível: os crimes cometidos por torturadores não foram mais repulsivos que as atrocidades praticadas em atentados terroristas. E pediram, em coro, que as violências do passado sejam definitivamente arquivadas.

Também políticos opositores empuñaram a bandeira da prudência. "Não há preocupações revanchistas",

esclareceu o deputado Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara Federal. "Se formos remexer no passado, como vamos encontrar um atalho para o futuro?", indagou o senador Tancredo Neves, presidente do Partido Popular, que há uma semana se recusara a engordar o caudal de denunciantes, avisando que aquilo "acabaria em confusão". Enfim, mesmo os estopins da crise acharam conveniente respeitar o sinal vermelho do setor militar. "Ninguém quer

colocar no pelourinho as instituições militares", ressaltou o advogado Eduardo Seabra Fagundes, presidente da OAB. Na sexta-feira, a OAB ajudou a desanuviar o horizonte político



Abi-Ackel, Passarinho e Tancredo preferem esquecer de vez o passado



LUIS HUMBERTO



FOTOS SALOMON CYTRYNOWICZ

ao resolver tomar em sessão reservada os depoimentos de parentes de pessoas desaparecidas na última década.

PÁGINA VIRADA

— Numa cautelosa nota de esclareci-

mentos, Inês Etienne Romeu informou que não questiona a abertura democrática, não tem propósitos revanchistas nem pretende denegrir as Forças Armadas. Quer, somente, responsabilizar judicialmente os responsáveis pelas violências que sofreu quando esteve mantida em cárcere privado. Inês, que participou do seqüestro do embaixador suíço Giovanni Bücher — igualmente mantido em cárcere privado — e votou por sua condenação à morte num simulacro de julgamento, pertenceu a um grupo que praticou crimes de sangue.

A anistia, que tirou da cadeia os vencidos, foi conseguida ao preço do esquecimento. Até porque, para que os terroristas conseguissem ser soltos e levar aos tribunais os agentes da ordem, seria indispensável que derrubassem o governo. Nisso fracassaram e, para terroristas como Inês, o preço da derrota foi uma condenação à prisão perpétua.

É improvável que o país, depois de virar a página de horrores escrita nos anos 70, deseje sua releitura, inclusive porque na reprise o filme é o mesmo. Esse recado permeia as entrelinhas das notas dos militares, cuja reação deverá provocar dois outros resultados imediatos: a eleição do deputado Nelson Marchezan para a presidência da Câmara e a quase certa condenação de Luís Inácio da Silva, o "Lula", no julgamento a que será submetido nas próximas semanas. No primeiro caso, parlamentares

do PDS sensíveis à tese segundo a qual o governo está fraco, e, portanto, a candidatura Marchezan pode ser derrotada, viram de que lado desponta a força do governo — um lado que, quando posto em marcha batida, quase sempre encerra precocemente a atividade legislativa. No caso do julgamento de Lula, parece certo que até os setores mais liberais do governo não estão convencidos da conveniência de sua condenação, a despeito das comitativas de observadores inter-

nacionais na platéia do julgamento, que só servirão para irritar os militares que vêem nisso um ato antinacional.

"O governo prestou um serviço à oposição", diz o governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, para quem "havia muita gente querendo ver se havia gasolina no tanque acendendo um fósforo. Na semana passada, foram avisados de que há gasolina. Melhor assim porque, se fossem ver, explodiam". Há gasolina no tanque e, ao contrário do que presumem os radicais do otimismo opositor, nem o governo está fraco, nem há divisões militares. Pelo contrário, a abertura, de que o presidente João Figueiredo é grande acionista, só anda com acordos e 1981 é um ano no qual, ou se fazem acordos, ou o carro pára. Afinal, há muito tempo não se via confusão como a da semana passada, típica das crises de agosto, num fevereiro de sol, férias e a três semanas do carnaval.